

Acre

Esfinge Amazônica

Marcos Vinicius Santana Neves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NEVES, MVS. Acre - Esfinge Amazônica. In: MOREIRA, P., and MACRAE, E. *Eu venho de longe: mestre Irineu e seus companheiros* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 25-35. ISBN 978-85-232-1190-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Acre – Esfinge Amazônica

Recebi o convite de Paulo e Edward para escrever este texto como um imenso desafio. Afinal, como veremos adiante, a tarefa a que se impuseram estes excepcionais pesquisadores é das mais complexas e difíceis de realizar. E, para que possamos compreender a dimensão e implicações desta complexidade, seria fundamental, já de saída, levar em consideração o lugar a partir do qual estamos falando.

O Acre é um dos mais novos e distantes estados da federação brasileira, um lugar quase escondido no extremo ocidental da Amazônia, na fronteira com a Bolívia e o Peru. Dizer que o Acre, como de resto a própria Amazônia, é muito pouco conhecido ou compreendido pelos brasileiros em geral, seria apenas repetir uma ideia que já se tornou lugar comum no imaginário nacional. Uma ideia que está na origem das muitas brincadeiras e piadas que circulam no território livre da internet. Como aquela que fez muito sucesso, durante certo período, e afirmava categoricamente que: “O Acre não existe”. O que servia de mote para todo tipo de piadas infames.

Mas o que diferenciaria o Acre tanto assim? Em que medida essas brincadeiras estão mesmo relacionadas apenas à distância, ao isolamento, ou a qualquer outra característica acreana? Não seriam sinais de que algo de extraordinário, diverso, de fato existe neste estranho e fascinante mundo florestal?



Não deixa de ser curioso constatar que essas mesmas brincadeiras não são tão recorrentes em relação à outras regiões ainda mais distantes dos grandes centros de país. Tais como Roraima ou Amapá, ambos no extremo norte brasileiro. Isso nos faz refletir sobre o fato de que talvez o Acre possa ser realmente mais difícil de ser conhecido e/ou compreendido do que outras regiões da Amazônia, mesmo que por pesquisadores acostumados a encarar temas ou problemáticas muito complexas.

Sem dúvida, foi algo diferente, inusitado, singular, o que atraiu, irresistivelmente, ao Acre um de nossos maiores escritores, Euclides da Cunha, logo após a publicação e o estrondoso sucesso do grandiloquente “Os Sertões”, sobre a Guerra de Canudos. Algo que o fez buscar, de forma espontânea e determinada, sua participação na Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, em demanda das distantes e inacessíveis nascentes do rio Purus, arrastando canoa, vencendo a fome, as doenças, a animosidade peruana, subindo e descendo cachoeiras e “balseiros”. Uma marcante experiência que o levou a afirmar, há mais de um século, que o Acre ainda estava “À Margem da História”¹ brasileira. Preparando com isso terreno para seu sonhado, mas não realizado, “segundo livro vingador” e que deveria se chamar “Um Paraíso Perdido”².

Olhando sob essa perspectiva, não seriam, então, as piadas e as brincadeiras sobre o Acre, apenas reflexos de temores inconscientes despertados por um lugar que não só é distante e desconhecido, mas que, sobretudo, possui uma aura misteriosa, quase indecifrável e, por isso mesmo, pode parecer, de alguma forma, temível?

Ou não. Poderíamos também ponderar que esse singular estranhamento em relação ao Acre é apenas ato-reflexo de certo “peso na consciência” nacional. Afinal, várias passagens da história acreana chegam a ser brutais pela evidente recusa, descaso e irresponsabilidade com que o governo brasileiro tratou o Acre em muitas e diferentes ocasiões.

Não devemos ignorar que, ainda durante o auge do Primeiro Ciclo da Borracha³, a Bolívia pretendeu dominar o Acre; os ingleses e norte-americanos tentaram arrendá-lo à Bolívia; o Peru fez um consistente movimento de tomada de boa parte das terras acreanas; ao mesmo tempo em que Manaus e Belém brigavam intensamente entre si pela posse e comercialização da borracha acreana. Enquanto o governo brasileiro a tudo assistia inerte,



ausente, aparentemente preocupado apenas com os problemas então enfrentados pela exportação de café, base estrutural da República do Café-com-leite.

E pior. Mesmo quando os “brasileiros do Acre”⁴ pegaram em armas, por conta e risco próprios, e proclamaram a criação do “Estado Independente do Acre”⁵, como estratégia de defesa da soberania nacional nesta região, foi o próprio governo brasileiro quem desarmou os revolucionários e, surpreendentemente, devolveu o domínio do Acre para a Bolívia.

É isso que faz com que os acreanos gostem tanto de dizer que o Acre é o único estado que é brasileiro por opção. Pois, enquanto Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, entre outros, lutaram em diferentes momentos de nossa história para se separar do Brasil, o Acre lutou, com imensos sacrifícios, para ser anexado ao nosso país, em um exemplo de identidade nacional muito rara entre os brasileiros.

Mas mesmo isso pareceu não ser o bastante para o Brasil. Já que, como prêmio aos acreanos por sua luta e conquista, o governo criou, especialmente para o Acre, um regime político esdrúxulo que o tornou o primeiro Território Federal de nossa história. Um inédito sistema político que na prática condenava os acreanos a serem cidadãos de segunda categoria em seu próprio país. O Território era tutelado pelo governo federal não só em relação à enorme arrecadação de impostos sobre a borracha, mas também em relação à escolha de seus governantes, que eram nomeados diretamente pelo Presidente da República desde seu gabinete no Palácio do Catete, à revelia dos anseios acreanos. Um povo recém-formado e já submetido a toda sorte de governadores corruptos, autoritários ou, simplesmente, incompetentes.

Entretanto, tamanho prêmio parece ter sido ainda insuficiente para o governo brasileiro. O que ocasionou o singelo hábito de se enviar para o Acre degredados de diferentes origens. Assim, foram mandados para cá alguns dos participantes da Revolta da Vacina. Mais tarde, também foram “deportados” marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata⁶. E até mesmo ladrões e assassinos comuns, foram trazidos para as florestas acreanas como forma de esvaziar as, já naquela época, superlotadas cadeias cariocas. Mas, o mais sintomático é que estes desterrados, não vinham para esta ou aquela prisão, mas para ser soltos na floresta e, se tudo corresse bem, morrer a míngua.



Para o leitor que pode estar achando isso tudo certo exagero de minha parte, talvez seja esclarecedor saber que este costume do governo brasileiro, no início do século XX, se tornou tão comum e corrente que deu origem a uma expressão popular que usava o termo “Ir para o Acre” como sinônimo de “morrer”. Imaginem a cena:

– Cadê fulano?

– Ih! Rapaz! Esse foi pro Acre!

– Coitado! Tão Jovem. Que Deus o tenha.

É difícil evitar a conclusão de que, de alguma maneira, o paraíso perdido vislumbrado por Euclides da Cunha, não era mais que o próprio inferno na ótica do governo brasileiro. De todo jeito, é importante ressaltar que, não faz muito tempo, esse verbete foi retirado do Dicionário Aurélio porque caiu em desuso.

Ao que tudo indica, portanto, talvez haja realmente algo mais por trás das brincadeiras de mau gosto que povoam o imaginário nacional. Acredito mesmo que haja no Acre algo diferenciado, especial, misterioso, singular que inspira o mais absoluto medo em alguns, ao mesmo tempo em que induz muitos outros ao mais completo fascínio e encantamento. O Acre não admite, neste sentido, meios-termos. Parece-se com aquele *slogan* da Ditadura Militar: “Ame-o ou Deixe-o”. Tanto assim que, em minha coluna semanal em jornal local, publiquei, certa vez, uma série de artigos denominados “A Esfinge Acreana”, com o subtítulo: “Decifra-me ou devoro-te”, numa referência ao milenar dístico com que a Esfinge desafia aos viajantes do deserto, no qual procurei tratar de variados aspectos singulares e, ao mesmo tempo, enigmáticos da cultura acreana.

Mas, fiz toda essa longa digressão inicial sobre as singularidades da história e do ser acreano, apenas para explicar porque, no dia em que conheci os autores deste livro – no qual eu achava que seria só mais uma entrevista sobre a história acreana – fiquei muito preocupado ao saber que o tema que os havia trazido até o Acre era a vida de uma das mais significativas e complexas personagens da trajetória acreana: o Mestre Irineu. Não consegui, então, evitar o pensamento: Isso não vai dar certo!

Afinal, se tentar compreender o Acre, já de saída, é um desafio colossal, como espero ter demonstrado acima, o que dizer então sobre a tentativa de sistematizar a história de vida de um homem que foi capaz de criar



uma nova e original religião, surpreendentemente originada nos mais profundos confins da floresta amazônica para se espalhar por todo o mundo, mobilizando milhares de pessoas das mais diferentes origens e culturas.

Ou seja, Paulo e Edward, tinham, a meu ver, enormes chances de serem devorados por nossa particular esfinge amazônica. Especialmente levando em consideração que, desde o início de minhas pesquisas sobre a história regional acreana, sempre me chamou a atenção a imensa lacuna de nossa historiografia em relação à trajetória de Raimundo Irineu Serra.

É certo que, por aqui, muita coisa se conta sobre o Santo Daime. Ou sobre o enorme negro maranhense que comandava uma comunidade lá para as bandas da Colônia Custódio Freire e tinha fama de curador. Ou, ainda, sobre a relação política que aos poucos foi sendo estabelecida entre as comunidades do Daime e o Governo do Território/Estado do Acre. Mas, escrito mesmo, em relação à vida do homem que promoveu uma verdadeira revolução espiritual neste pedaço perdido de floresta, sem que quase ninguém percebesse, quase nada.

A esse respeito, o que mais me incomodava mesmo era a inexistência de uma biografia do Mestre Irineu escrita e consolidada no seio da comunidade que ele próprio formou. Excetuando-se a publicação da Revista do Centenário, que foi em boa parte feita pelo pessoal do Alto Santo, não existe mais nada publicado sobre a vida, as dificuldades, os sucessos e os varadouros percorridos pelo jovem que veio embalado pela febre da borracha do século XIX para, aqui na Amazônia, deparar-se com mistérios e possibilidades que nunca teria sido capaz de imaginar.

O que existe, isso sim, é uma vasta bibliografia desenvolvida a partir do novo contexto que envolveu o Santo Daime desde que este começou a se expandir por outras regiões fora do Acre e da Amazônia. O que só aconteceu efetivamente após a morte de Irineu. Mas não custa ressaltar que são publicações e abordagens que não são aceitas ou difundidas, sendo muitas vezes repudiadas, pelos tradicionais seguidores de Mestre Irineu.

Por isso, quando há cerca de dez anos, estive no Maranhão, participando de um encontro promovido pela Fundação Palmares, fui tomado por um impulso avassalador de procurar os caminhos por onde Raimundo Irineu Serra teria passado antes de vir para o Acre. Além, é claro, de me render ao natural encanto provocado pela antiga e fascinante Ilha de São Luís.



E, mesmo não estando ali para isso, logo após o término do encontro do qual estava participando, visitei a Casa das Minas, as ruas do velho centro histórico de São Luís, com suas fontes públicas e túneis subterrâneos, nas quais tive encontros totalmente inesperados. Mas, como o instinto do pesquisador às vezes se torna mesmo irresistível, consegui apoio do governo estadual para ir até São Vicente Ferrer, cidade natal de Irineu.

Lá conheci o lugar vazio onde antes havia existido uma tapera de adobe e palha, na qual, segundo os moradores locais, teria nascido Irineu. Pouco depois, encontrei com um sobrinho de Irineu que conhecia bem a história do jovem que partiu para ganhar o mundo e voltou como um homem feito dono do mundo, importante líder de uma comunidade. E, finalmente, fui ao pequeno e improvisado arquivo da paróquia da cidade, onde encontrei o livro de registro de batismos no qual me deparei com uma informação nova. Ao invés de nascido em 1892, como difundido no Alto Santo e por todos seus demais seguidores, constava que Irineu havia nascido em 1890.

Esta, portanto, deveria ser uma informação importante para toda a comunidade daimista. Trouxe, então, a fotografia do registro onde constavam os nomes do pai e da mãe de Irineu, ou seja, sem margem à dúvida. E, assim que cheguei, fui ao Alto Santo dar conta à Madrinha Peregrina⁷ do que havia encontrado. Ao que ouvi surpresa. “Que Bom! Você encontrou um documento sobre ‘Meu Velho’. Mas, se ele disse pra nós que nasceu em 1892, então nasceu em 1892 mesmo. Obrigada.”

Desde então a breve história acima descrita encerra para mim o paradigma, ou paradoxo, instalado na comunidade fundada por Mestre Irineu. Uma comunidade formada por uma poderosa e marcada tradição oral. Tão forte a ponto de, em grande medida, dispensar o valor histórico de qualquer documento formal e não sentir a menor necessidade de ter a história formal de seu fundador escrita. Não por mera recusa ou dogmatismo. Apenas porque, no caso da vida de Mestre Irineu, ela é tão metafórica quanto existencial, tão mítica quanto histórica – tão inerente ao cotidiano, à cultura local, e, ao mesmo tempo, ao universo do extraordinário e do religioso – que torna qualquer outro tipo de explicação insuficiente ou dispensável.

Esta característica, entre outras, empresta qualidades específicas ao trabalho histórico ou antropológico junto ao Alto Santo e outras comunidades



ayahuasqueiras, como passamos a chamar ultimamente. Neste sentido os autores tiveram que trabalhar em consideração a coletividades cujas memórias sociais não têm compromisso com a história, no sentido ocidental do termo, mas somente com a seleção de acontecimentos relevantes para a definição, organização e continuidade da comunidade religiosa. Mais um dos relevantes temas com que corajosamente defrontaram-se os autores deste trabalho, sem tentar desenvolver subterfúgios explicativos para as latentes contradições memória-história.

Sem descuidar do fato de que o movimento espiritual, cultural e social à que deu origem Irineu, junto com outros homens como Daniel Mattos⁸ e Gabriel Costa⁹, espalhou-se desde então por áreas da política, das instituições públicas e privadas, pelo campo artístico, simbólico e estético integrantes do Acre do século XX, e, por conseguinte, também do nosso próprio mundo pós-moderno.

Neste mesmo sentido, podemos sublinhar que, em certas passagens deste livro, seus autores se confrontam com questões relacionadas ao contexto político acreano. Momentos sobre os quais a aplicação de parâmetros gerais da história política brasileira ao caso do Acre e à atuação de Irineu junto às lideranças políticas locais, pode parecer extraordinariamente tentadora. Porém, no Acre não existe direita, centro, esquerda; neoliberais, democratas ou socialistas da forma como nos acostumamos a pensar em relação ao Brasil.

Por força de seu contexto político diferenciado, como Território Federal desde 1904, os acreanos não tinham direitos políticos que os possibilitassem ter partidos e disputas eleitorais que consolidassem espectros ideológicos claramente definidos.

Daí, por exemplo, porque a Legião Autonomista que originou o PTB local e que teoricamente representava setores mais populares e “autonomistas” da sociedade, foi contra o projeto que transformava o Território Federal em Estado Autônomo, ao final dos anos 50. Ao passo, que o PSD, originado do antigo Partido Construtor e, portanto, pelo menos teoricamente, mais conservador, elitista e favorável às políticas do governo federal, foi quem levantou e defendeu o movimento que resultou na tardia criação do Estado do Acre, em 1962.

Da mesma forma, não se pode transformar a amizade de Mestre Irineu com o Cel. Fontenele de Castro e com o Governador Guiomard Santos,



líderes maiores do PSD acreano, que após 1964 seria transformado na Arena, em um possível apoio político à Ditadura Militar. Esta tentativa pode não ser mais do que uma extrapolação de inexistentes composições políticas e sociais do contexto acreano. Ao passo que se constitui num dos temas mais importantes do trabalho desenvolvido neste livro.

Na verdade, as relações de Mestre Irineu com Fontenele e Guimard eram muito mais pessoais, corporativas e até mesmo afetivas, do que propriamente políticas. O apoio político de Fontenele e Guimard, com toda a força de representantes da elite governante, foi o que possibilitou certa distensão de muitos dos preconceitos da sociedade acreana em geral ao uso religioso do Daime. Daí que um apoio eleitoral de Irineu a eles era também natural, permanente e independente de qualquer mudança conjuntural no longínquo Brasil.

Até porque, os vinte anos de Ditadura Militar foram, aqui no Acre, em grande medida, simplesmente continuidade do autoritarismo e do regime de exceção até então vigente. Aqui no Acre, a democracia ainda não havia chegado, a não ser pelo breve período de 1962-64. Importante não esquecer, portanto, que não podemos interpretar a história política do Acre no período militar sob os mesmos parâmetros que aplicamos para o restante do país. Apenas mais uma das inúmeras armadilhas da esfinge acreana.

Daí o desafio imenso a que se propuseram Paulo e Edward ao pretender, e conseguir, reunir documentos, depoimentos e eventos significativos na trajetória deste personagem histórico tão singular que foi Mestre Irineu. Por que esse trabalho tem o potencial de ressignificar não só a formação do Acre, mas de imensas áreas até então invisíveis da própria história brasileira.

Com estes exemplos postos, devemos voltar então às nossas questões iniciais para começar a concluir esta já muito longa apresentação. Afinal, em que outro lugar do Brasil, índios, negros, caboclos, brasileiros e estrangeiros conseguiram interagir a ponto de dar origem a uma nova manifestação religiosa, totalmente original? O advento do Santo Daime já é, por si só, um acontecimento extraordinário. Surgiu da floresta, de uma cultura gestada a partir do conhecimento e da vivência na floresta e seguiu expressando suas sínteses mesmo quando transportada para o meio urbano sem, em grande medida, ceder às manipulações e forças de mercado.



Tanto assim que, atualmente, a produção de novos trabalhos relacionados à ayahuasca assumiu uma outra característica. Ela perdeu a predominância de títulos com abordagem esotérica, mágica ou literária que tinha nos anos setenta aos noventa. E se tornou profusamente fértil em textos e trabalhos acadêmicos, nas mais distintas áreas do conhecimento. Aspectos legais, antropológicos, bioquímicos, terapêuticos, políticos, ganharam relevo em contraposição àquelas publicações de circulação mais restrita e que dizem respeito às questões doutrinárias/religiosas.

Entretanto, faltava uma base sólida para boa parte dessa produção, considerando-se que Mestre Irineu tem papel fundante em diversas de suas novas configurações. Este livro é esta base que faltava. Por que está situada em sua origem. No ponto de passagem de uma tradição indígena para uma tradição cristã. Ponto de convergência, de mutação, de transformação, sintetizada através de uma vida humana, um personagem que se tornou catalisador de um conjunto de referências culturais.

Discutimos hoje o reconhecimento,¹⁰ por parte do Ministério da Cultura, do uso da ayahuasca – daime, Vegetal, Kamarãpi, Huni, ou como se queira chamá-lo – como expressão cultural plena e inerente ao povo brasileiro. Ou seja, uma nova compreensão de que estas práticas culturais não podem ser simplesmente rotuladas como uma questão de saúde pública, de legislação antidrogas ou mesmo de dogmas religiosos. O uso do Daime é hoje, mais evidentemente do que nunca, uma problemática histórica e cultural em seu sentido mais amplo e profundo. E não se muda, proíbe ou promove expressões culturais com decretos ou testes de laboratório.

As muitas manifestações culturais relacionadas ao Daime são, neste sentido, tão complexas, intrigantes, misteriosas e relevantes, que se parecem com o próprio Acre, tão desafiador quanto, às vezes, ameaçador. A força que parece emanar deste pedaço da floresta tem espírito próprio e não pode ser aprisionado por parâmetros rápidos ou superficiais.

Talvez por isso o Acre tenha sido ao longo de sua breve história e, ainda seja, terreno fértil para tantos homens e mulheres diferenciados. Já que em todos os rios acreanos se multiplicaram histórias de seres humanos que se tornaram extraordinários por sua espiritualidade e foram responsáveis por inúmeras curas e milagres que são atestadas pela cultura popular acreana. Seja o São João do Guarani, um seringueiro que morreu debaixo



de maus tratos; seja a Santa Raimunda do Bom Sucesso, uma índia Jaminawa; ou o Irmão José da Cruz, que por muitos anos percorreu os rios do Vale do Juruá pregando e curando; entre tantos outros personagens que parecem cumprir a risca o que Euclides da Cunha escreveu sobre suas andanças: “Quando nos vamos pelos sertões em fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encantados, que só podemos caminhar na terra como os sonhadores e os iluminados.”¹¹ Quem poderia dizer que neste pedaço esquecido, desprezado, ignorado de floresta, um dia, iria surgir um líder espiritual da estatura de Mestre Irineu. Da mesma forma que ninguém poderia imaginar que daqui, das distantes florestas acreanas, surgiria também um líder popular e mundialmente significativo como Chico Mendes. Ambos coincidentemente nascidos em 15 de dezembro, ainda que com meio século de diferença entre eles.

O que há, enfim, de tão diferente no Acre? Não sei dizer. Posso adiantar somente que Paulo e Edward com sua importante pesquisa, agora materializada neste belo e instigante livro, dão uma enorme e inequívoca contribuição para qualquer um que se proponha a, ao menos tentar, desvendar a fascinante esfinge acreana.

Por isso, durante a leitura das páginas que se seguem, lembrem-se! Nós que vivemos nesta extraordinária região da Amazônia Ocidental, onde estão as nascentes de alguns dos principais formadores do rio Amazonas, sabemos, sem nenhuma margem a dúvida, que, diferente do que possa parecer à primeira vista, o Acre não é o fim do mundo, mas sim o início dele.

Rio Branco, 10 de novembro de 2010

Marcos Vinicius Santana Neves

Presidente da Fundação Garibaldi Brasil

Notas

- 1 Título de um dos livros de Euclides da Cunha que foram publicados após sua viagem ao Acre ocorrida em 1905. Neste caso um livro que só foi publicado postumamente em 1909.



- 2 Intenção revelada em carta escrita a Coelho Neto, em Manaus, 10 de março de 1905.
- 3 Período entre 1870 e 1912 quando a borracha amazônica desfrutou de alto valor no mercado internacional e se tornou o segundo produto da pauta de exportações brasileiras.
- 4 Termo adotado pelos revolucionários brasileiros durante a Guerra do Acre, também conhecida como Revolução Acreana, 1899-1903, para se auto-designar, uma vez que ainda não existia um povo denominado “acreano”.
- 5 O Estado Independente do Acre foi proclamado em 14 de julho de 1899 pelo espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias para forçar o governo brasileiro a negociar com a Bolívia a posse definitiva das terras acreanas.
- 6 A esse respeito ver Carvalho (1999).
- 7 Madrinha Peregrina Gomes Serra, última esposa, atual líder e “Dignatária” do Alto Santo.
- 8 Maranhense como Mestre Irineu, Daniel Pereira de Mattos foi seu amigo e com ele se iniciou nos trabalhos com a ayahuasca. Mais tarde fundou uma capelinha que deu origem a vários centros religiosos de Rio Branco, comumente designados como “Barquinha”.
- 9 O baiano Mestre Gabriel fundou em Porto Velho a União do Vegetal, uma das mais importantes e numerosas igrejas ayahuasqueiras da atualidade.
- 10 O pedido de registro do uso ritual da ayahuasca foi entregue ao Ministro Gilberto Gil em 2008, durante cerimônia ocorrida no Alto Santo e ainda se encontra em tramitação no IPHAN.
- 11 Prefácio de Euclides da Cunha escrito para o livro Poemas e Canções, de Vicente de Carvalho.

